

Porto de expectativas: enobrecimento e resistências nas intervenções do projeto “Porto Maravilha”, cidade do Rio de Janeiro.

Port of expectations: ennoblement and resistances on the interventions in “Porto Maravilha” project, city of Rio de Janeiro.

Puerto de expectativas: ennoblecimiento y resistencias en las intervenciones del proyecto “Porto Maravilha”, ciudad de Río de Janeiro.

Mayã Martins

RESUMO:

O artigo busca compreender as intervenções urbanas englobadas no projeto “Porto Maravilha”, sobretudo os discursos focados no embelezamento e no enobrecimento. O processo de implantação é iniciado em 2009 na Região Portuária do Rio de Janeiro, um lugar alvo de discursos assentados no léxico da decadência. O atual cenário é compreendido como uma possibilidade de acessar questões sobre o contexto contemporâneo do Rio de Janeiro, no qual mudanças urbanas tornam latentes certos conflitos e percepções de cidade, tais como o discurso de “retorno” ao centro e as resistências para a permanência na área.

Palavras-chave: intervenções urbanas, gentrificação, enobrecimento, embelezamento.

ABSTRACT:

The following article seeks to comprehend the urban interventions embraced

by the “Porto Maravilha” project, especially the discourses focused on embellishment and ennoblement. The process of implantation was initiated in 2009 at the Port Area of Rio de Janeiro, target of discourses focused on the lexicon of decadence. The current scenery is comprehended as a possibility to access questions about the contemporary context of Rio de Janeiro, when urban changes makes latent certain conflicts and perceptions of the city, such as the discourse of “return” to the city center and the negotiations for staying in this area.

Keywords: urban interventions, gentrification, ennoblement, embellishment.

RESUMEN:

El artículo busca entender las intervenciones urbanas incluidas dentro del proyecto “Porto Maravilha”, especialmente los discursos centrados en el embellecimiento y en el ennoblecimiento. El proceso de implantación se inicia en 2009 en la Región del Puerto de Rio de Janeiro, un lugar de destino de los discursos sentados en el léxico decadencia. El escenario actual es entendida como la posibilidad de acceder a temas de contexto contemporáneo de Río de Janeiro, en el que los cambios urbanos hacen ciertos conflictos latentes y las percepciones de la ciudad, como el discurso de la “vuelta” al centro y las negociaciones para quedarse en la zona.

Palabras clave: intervenciones urbanas, gentrificación, ennoblecimiento, embellecimiento.

PROJETOS DE CIDADE

O interesse no estudo das intervenções urbanas contemporâneas na Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro advém dos recentes enfoques midiáticos e das gestões públicas. A recorrência de representações torna-se mais intensa a partir do final dos anos 2000, em plena efervescência dos debates sobre um novo e ambicioso projeto urbanístico, o Porto Maravilha. O presente artigo é um recorte construído a partir de uma pesquisa de mestrado¹ desenvolvida no período de 2011 a 2013 com foco nos discursos sobre o projeto Porto Maravilha que, em diálogo com outras configurações da cidade, são sustentados pela perspectiva do embelezamento (MARTINS, 2013).

Os instrumentos metodológicos utilizados foram a sistematização de fontes de imprensa e da gestão pública, trabalho de campo etnográfico e análise de reuniões e de eventos relacionados ao projeto. Como questão, indago-me acerca de como a cidade pode ser pensada através de mudanças urbanísticas que, em curso, atualizam o seu imaginário. Quais articulações fomentam o projeto? O que é considerado importante como recurso? Quais são as estratégias adotadas frente a materialidade das obras? O objetivo é o de compreender a referência de cidade que vem sendo construída, influenciada por cidades estrangeiras - especialmente a cidade de Barcelona, na Espanha – e permeada por grandes e polêmicas transformações². Trata-se do acompanhamento, contextualizado, do período de um processo que inevitavelmente terá desdobramentos.

A Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro está, pelas classificações da Prefeitura, localizada na Área de Planejamento Centro³, a AP 1, e é composta pelos bairros Caju, Santo Cristo, Saúde e Gamboa. As mudanças urbanísticas em curso na Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro desde o início dos anos 2000

possibilitam a análise de um momento extraordinário que torna latentes certos conflitos e percepções de cidade. Em junho de 2009, a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o apoio dos níveis de poder federal e estadual, propõe o projeto Porto Maravilha, na Região Portuária da cidade, como prioridade política. A Prefeitura, coordenadora da proposta, e o Governo do Estado contam, cada um, com 6 % dos terrenos da região, enquanto o Governo Federal possui a maior parte dos lotes, 62%, sendo proprietário da companhia Docas do Rio, autoridade portuária. O projeto insere-se nas diretrizes do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária, o PORTO DO RIO, que começou a ser desenvolvido em 2001 (IPP, 2003).

É a partir da década de 1960 que passa a ser comum o uso no termo projeto e o foco do planejamento urbano em “operações pontuais em detrimento da ideia da cidade como um todo e do alcance do processo de intervenção” (RUBINO, 2006, p. 69). O projeto Porto Maravilha é estabelecido por meio da Lei Municipal Complementar n° 101/2009, promulgada em 23 de novembro de 2009⁴, e com autoria assinada pelo poder executivo municipal. O eixo do projeto move-se a partir de um consórcio, nomeado Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região Portuária do Rio de Janeiro. Os limites dos cerca de 5 milhões de metros quadrados de abrangência são delimitados, basicamente, por três grandes avenidas da área central da cidade: a Av. Presidente Vargas, a Av. Rio Branco, a Av. Francisco Bicalho e a Av. Rodrigues Alves.

Simultaneamente à lei de criação da operação urbana é promulgada a Lei Municipal Complementar n° 102/2009, instituidora da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), gestora da área de especial interesse recém-criada, e, por consequência,

prestadora de contas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e participante na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), de grupo para aprovação de empreendimentos imobiliários. A CDURP é a responsável por articular as conexões entre a prefeitura, demais órgãos públicos e as Parcerias Público Privadas (PPPs), cujo maior expoente é o consórcio Porto Novo, formado pelas empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, escolhido vencedor da primeira PPP da cidade.

Para a análise do projeto foram consultados, além da legislação, documentos e discursos oficiais produzidos pela Prefeitura/CDURP, como o Estudo de impacto de vizinhança (EIV)⁵, e as reportagens que são disponibilizadas no endereço eletrônico do projeto⁶. Parte dos investimentos em equipamentos culturais e de lazer, voltada mais especificamente para o desenvolvimento de um potencial turístico no lugar, está sendo formulada com isenção de pagamento de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). A implantação dos CEPACs, ou seja, do aumento do potencial construtivo na região além dos limites atuais, é autorizado pela Lei Municipal Complementar n° 101/2009. Cabe ainda à PPP a coleta de lixo e o controle de trânsito, serviços que antes eram atribuições exclusivas do poder municipal e tornaram-se parcialmente privatizados, o que revela a amálgama delicada entre os poderes público e privado no desenrolar do projeto.

A denominação desse processo é um alvo de disputas. Diversas palavras são utilizadas para tentar sistematizar o que é um projeto ou uma intervenção urbanística, tais como revitalização, reurbanização, reforma, remodelação, requalificação, reabilitação e seus análogos. Os termos empregados na definição do projeto baseiam-se, portanto, no léxico da decadência e em um inédito inventado. Tais palavras têm um caráter de eufemismo, com

amenização do potencial brusco da força interventora. Para além da conotação positivada do projeto, há ainda a perda dos sentidos dos termos. Rubino (2009, p. 35), inspirada em Bresciani (2001, p. 343 *apud* RUBINO, 2009, p. 35), infere que a pluralidade de palavras para nomeação de projetos urbanos é mais do que suavizações da linguagem para processos contemporâneos de “limpeza urbana”, pois o uso genérico e irrefletido dessas palavras as esvazia de possíveis significados. Optou-se, assim, por utilizar no texto palavras mais neutras e com apelo mais palpável, como implantação do projeto, obras e intervenções urbanísticas.

A primeira fase das obras do projeto Porto Maravilha foi inaugurada no dia 1º de julho de 2012. O prefeito Eduardo Paes, que assumiu o cargo em 2009 e foi reeleito, é acompanhado na cerimônia por um ator caracterizado como Pereira Passos, prefeito da cidade no início do século XX, mais especificamente no período de 1902 a 1906. O evento transcorreu no recém-reformado Jardim do Valongo, que foi projetado pelo paisagista Luiz Rey na gestão de Pereira Passos. Na concepção original dessa apresentação dos resultados da primeira fase do Porto Maravilha, seria o prefeito Eduardo Paes quem estaria vestido aos modos de Pereira Passos, porém a figura polêmica do antigo prefeito marca uma série de contradições entre as reformas urbanas cariocas dos inícios deste século e do anterior. Além da própria polêmica do exercício da teatralização por um burocrata, que o afastaria de uma imagem de político íntegro e sério, há outros aspectos delicados na analogia.

Durante a gestão de Pereira Passos a questão da habitação, ou a falta dela, foi central. Em 1906 foram 1681 habitações derrubadas e vinte mil pessoas obrigadas a procurar nova moradia no espaço de vinte anos (ROCHA, 1995, p. 69). Os dois principais aspectos da reforma urbana de Pereira Passos eram, de acordo

com Rocha (1995, p. 57), a melhoria nos meios de comunicação e a especulação imobiliária. Em razão das controvérsias sobre as remoções que são atualmente uma das marcas negativas da gestão de Eduardo Paes, este buscou afastar a associação direta com Pereira Passos. Estabelece-se uma diferença discursiva frente a Pereira Passos. Enquanto este é visto como o responsável pela reforma que levou às primeiras favelas e à precariedade desses locais, Paes tenta enfatizar retoricamente a presença da população na Região Portuária para distanciar-se da parte negativa de sua associação com o prefeito do início do século XX. Eduardo Paes enfatiza a ligação simbólica a outro ex-prefeito, para compensar o lado controverso da herança de Passos, afirmando que gostaria de ser lembrado como:

Um urbanista à la Pereira Passos com um coração à lá Pedro Ernesto [que promoveu melhorias nas áreas da educação e da saúde]. Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos⁷.

O recorte histórico à luz da gestão de Pereira Passos expõe como a Região Portuária é marcada por um passado de embates frente a intervenções urbanísticas que possibilitam pensar o alcance da originalidade das propostas do atual projeto. O jogo delicado de proximidades do prefeito vigente com o antigo prefeito revela a reinvenção do passado através de novos significados contemporâneos. O discurso cauteloso é justificado com a materialidade impetuosa de um ponto em comum entre as gestões, a das remoções, ainda que consideradas as proporções menores, até o momento, da situação contemporânea. Segundo o dossiê *Megaeventos e violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, lançado em 2012 pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do

Rio de Janeiro, o quadro síntese até 2011 das famílias removidas ou ameaçadas é de 1860 removidas e 5325 ameaçadas, num total de 7185 famílias alvo das políticas de remoção. Destes números, correspondem ao projeto Porto Maravilha como justificativa 35 famílias removidas e 1415 famílias ameaçadas.

O perfil dos domicílios da cidade traçado a partir da análise do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, época em que começaram a ser elaborados os planos recentes de intervenção na Região Portuária, ratifica uma visão de abandono enfatizada pela imprensa, como já mencionado. De acordo com Sigaud (2007: 4-14), a Região Portuária possui a quinta, entre 33 regiões administrativas, maior proporção de unidades desocupadas (15%) e a quarta maior proporção de domicílios improvisados (0,8%), ou seja, os que são localizados em unidade não-residencial e não possuem dependências destinadas exclusivamente à moradia. Ademais, figura como a terceira região com maior déficit de crescimento do Censo de 1991 para o de 2000 (- 6,4%).

De acordo com o relatório da Habitar o Centro, macrofunção da prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de coordenar os órgãos municipais relacionados à promoção do uso habitacional na área central da cidade, a mesma apresenta boas oportunidades de produção de habitações para faixas de renda média e média baixa (2003, p. 7-9). Ignora-se, portanto, a população local de baixa renda residente em situações precárias, como em ocupações e outras formas de domicílios improvisados. A existência dessas formas de moradia e das características socioeconômicas da população é, de toda forma, reconhecida pelo relatório: “Existência, em geral, de uma população de baixo poder aquisitivo, vivendo em cortiços, sem recursos para conservar os prédios e muitas vezes em situação de conflito com os proprietários” (2003, p. 11). No entanto, ao

invés de tratar a precariedade dessas moradias e a situação de seus habitantes como uma questão prioritária nas medidas urbanísticas, considera-se a expulsão, nos termos do relatório, como um problema passível de interferir nos trabalhos dos funcionários da SMU que trabalham no processo de reabilitação.

Apesar de novos empreendimentos imobiliários também possibilitarem a chance de garantia de residência a quem recebe até três salários mínimos, como o Programa Morando no Centro, são poucas, comparadas à população, as unidades habitacionais finalizadas. No Morando no Centro, eram apenas, até 2013, cinco empreendimentos finalizados (João Homem, Joaquim Silva, Laurinda, André Luiz e João Caetano), todos comercializados em 2007, que somam apenas 47 unidades habitacionais. Os candidatos a beneficiários tiveram que comprovar rendimentos de R\$ 900 a R\$ 1.200 para os imóveis avaliados em até 34 mil reais e de R\$ 1.200 a R\$ 1.800 para imóveis no valor de até 40 mil reais (OLIVEIRA, 2008, p. 8). A possibilidade de adquirir um imóvel com as rendas de até dois e de dois a cinco salários mínimos é raríssima, de acordo com a pesquisa “Mobilidade Residencial na Cidade do Rio de Janeiro” elaborada por Abramo (2003).

O desincentivo ao uso habitacional do centro, atualmente em reversão, não é uma característica recente (OLIVEIRA, 2009, p. 35; SAMPAIO, 2007, p. 106). É na gestão do prefeito Pereira Passos que se marca a trajetória da diminuição do uso habitacional do centro do Rio de Janeiro, e que atualmente se busca reverter com a atração de uma população residente mais enriquecida. Durante o período em que Pereira Passos esteve no poder, diversos projetos de renovação urbana foram implantados para consolidar o centro como núcleo financeiro e de decisões da cidade, como a demolição de cortiços e de ruas, o que provocou a saída em larga escala da

população com menor poder aquisitivo (ABREU, 1987, p. 71-91; SAMPAIO, 2007, p. 111-113; OLIVEIRA, 2009, p. 56-60).

Apesar de se intensificar na gestão de Pereira Passos, a proliferação de cortiços no centro já preocupava os prefeitos de mandatos anteriores, que combatiam esses tipos de habitação (ENDERS, 2002, p. 202; OLIVEIRA, 2009, p. 58) a partir, sobretudo, de um discurso sanitarista, ou seja, ancorado em práticas de higiene em prol da saúde, e em uma identificação da precariedade habitacional com a marginalidade social (VALLADARES, 1982). Nas décadas seguintes à prefeitura de Pereira Passos permaneceu o processo de esvaziamento populacional do centro devido à especialização dos serviços e da mudança de uso de certas áreas historicamente residenciais em escritórios e espaços para o comércio. A concentração das atividades econômicas na área central e a competição pelo uso do solo habitacional para outros fins geraram o deslocamento populacional para o norte, o oeste e o sul da cidade.

No caso recente da Região Portuária, a Prefeitura possuía expectativas quanto ao aumento do seu uso habitacional. De acordo com o IPP⁸, a perspectiva de crescimento dos bairros da Região Portuária nos anos 2010 a 2020 é de 13,16%, enquanto o crescimento esperado do bairro Centro é de 3,59%. A Zona Sul, região enobrecida da cidade, já demonstra a saturação dos empreendimentos imobiliários, com expectativa de que o bairro de Copacabana cresça 0,01% no período – bairro esse que entre 1920 e 1970 cresceu 1500%, sete vezes mais que a cidade em geral (VELHO, 1973, p. 23-28). As justificativas para as atuais intervenções urbanísticas na área central situam-se na viabilidade da modificação de um contexto percebido como degradado e nas críticas ao modo de crescimento da cidade, que privilegiou outras regiões.

Circuitos da Permanência

O projeto Porto Maravilha costuma apresentar discursos técnicos para fornecer justificativas, porém uma das maiores bases para sua legitimação é a propaganda. O estande “Meu Porto Maravilha” explicitava a intenção pedagógica na apresentação do projeto. Uma pequena instalação na Av. Barão de Tefé abrigava o estande que permaneceu no período de 2012 a 2016, com a organização terceirizada pela Sapoti Eventos. A estrutura disponibilizava vídeos e folhetos supostamente informativos sobre o projeto, mas que em muito se assemelham aos espaços de propaganda de condomínios e de centros comerciais, revelando outra faceta dos cruzamentos entre as esferas pública e privada. No estande “Meu Porto Maravilha”, encontram-se maquetes convidativas e diversas imagens, impressas e em dispositivos digitais, com perspectivas futuras da região. Tal configuração não é exclusiva deste contexto, pois há um “aspecto cenográfico que caracterizaria as políticas contemporâneas de ‘revitalização’” (LEITE, 2007, p. 72).

A propaganda desempenhava um forte papel na tentativa de convencimento das potenciais qualidades do Porto Maravilha. Ademais, a comunicação com a sociedade muitas vezes mascara a publicidade como uma fonte genuína de informação. Dos boletins do Porto Maravilha ao estande “Meu Porto Maravilha”, mostram-se novidades e agendas apenas com o lado das intervenções considerado como positivo. Park considera a publicidade como um marco da vida urbana por ser uma forma reconhecida de controle social, assim como a opinião pública (1915, p. 59, 60). Para Velho, a veiculação de propagandas possui um grande poder de mudar expectativas, pois “há uma atuação sobre as aspirações dos grupos sociais, alterando-as ou enfatizando-as” (1973, p. 88). No caso do Porto Maravilha, as propagandas dialogam com um ideário de centro

bem conectado ao restante da cidade e estruturalmente transformado.

O estande “Meu Porto Maravilha” oferecia visitas guiadas gratuitas até o Jardim do Valongo, com parada no Cais do Valongo. As visitas guiadas podiam ser feitas de segunda a sexta-feira às 11h ou às 14h. Durante a visita que fiz, a guia definiu o Porto Maravilha como uma “Lapa planejada”, com um sentido positivo tanto sobre as modificações urbanísticas no bairro boêmio da Lapa, também localizado na área central (com desenrolar enobrecedor menos calculado por políticas públicas⁹), quanto sobre o fato do projeto ser planejado. Outro dado interessante da conversa foi a notícia de que há guias de turismo interessados em cursos específicos sobre o Porto Maravilha. Contudo, o que mais me fez pensar foi, em diálogo com a guia sobre um evento de samba famoso na área, a roda de samba da Pedra do Sal, ouvir que “todo mundo que mora em volta virou comerciante”. Decidi então observar mais profundamente o samba da Pedra do Sal, principalmente os vendedores ambulantes.

Localizada no bairro da Saúde, a Pedra do Sal, anteriormente já conhecida como Pedra da Prainha, tem em seus degraus lapidados na pedra um dos acessos ao Morro da Conceição. A Pedra do Sal foi o lugar daqueles que procuravam por moradias mais baratas nas adjacências do cais do porto: “Trata-se de espaço carregado de religiosidade e de reminiscências históricas, ‘núcleo simbólico da Pequena África’” (OLIVEIRA ET AL., 2012, p. 279). No período de 1984 a 1987, realizou-se o processo de tombamento estadual da Pedra do Sal (OLIVEIRA ET AL., 2012, p. 279).

O campo na Pedra do Sal focou-se no trabalho dos vendedores ambulantes nos dias de roda de samba. Utilizo o termo vendedores ambulantes em razão de outras denominações, tais como camelôs, impactarem essa atividade de comércio de

forma depreciativa e, como sustentam outras pesquisas, haver uma série de estratégias desses profissionais empregadas para se apresentarem mais como comerciantes do que como camelôs (CAVEDON, MENDES, 2012, p. 132). As rodas de samba acontecem toda segunda e sexta-feira entre as 19h e 20h até por volta das 2h. O samba se concentra ao redor da parte baixa da Pedra do Sal, em espaço aberto, e é gratuito para o público. Os vendedores ambulantes é que pagam uma taxa para montar suas barracas nas proximidades. O comércio desse tipo é o forte nos dias de roda, já que as adjacências contam com apenas dois bares. São vendidas bebidas e comidas variadas, com algumas barracas que aceitam o pagamento por meio de cartões de débito e de crédito. A incursão à Pedra do Sal ocorreu por meio de um casal que trabalha no lugar, vendedores ambulantes por volta dos 45 anos de idade. As ideias desse casal revelam um pouco o pensamento geral dos vendedores. Dos doze interlocutores, incluindo o casal, apenas dois têm uma posição mais de confronto ao projeto.

Nas conversas com os vendedores ambulantes, busquei facilitar a abordagem sobre o projeto Porto Maravilha mostrando três diferentes cartões postais futurísticos que peguei gratuitamente no espaço “Meu Porto Maravilha”. São imagens mais próximas do desenho de propaganda do que do desenho técnico. A exibição dos possíveis cenários dos futuros Museu do Amanhã, Túnel do Binário e Túnel da Saúde torna mais palpável o que está acontecendo, incentivando expectativas. Os vendedores ambulantes preocupam-se com o Porto Maravilha, mas, em geral, consideram o projeto belo. Percebe-se, em muitas das falas, uma não identificação de suas vidas como contempladas no planejamento para a Região Portuária. Uma das vendedoras que também é moradora da Gamboa condensa essa ambiguidade da relação com o projeto:

“Agora você olha bem para o rostinho da gente. Vê se a gente tem cara de que mora aqui [na Região Portuária dos cartões postais futurísticos]. Vai resultar numa especulação imobiliária altíssima”.

A trajetória do casal de vendedores e seus circuitos pela cidade revelam estratégias para enfrentar a especulação imobiliária que avança, além de reivindicações na pauta do direito à cidade partindo do direito ao Centro. Outrora eles eram moradores de Duque de Caxias, cidade da Baixada Fluminense, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Em sua comparação sobre a vida morando em Duque de Caxias e depois no Morro da Conceição, deixam evidente como o direito à cidade, compreendido teoricamente no uso irrestrito de seus equipamentos e possibilidades (LEFEBVRE, 1969, p. 139), apenas se torna possível quando conquista-se o direito ao Centro:

A facilidade do nosso trabalho e a facilidade do lazer, a facilidade do serviço de saúde (...) Não é a parte financeira, a gente enriqueceu nossa saúde (...). Enriquecemos fisicamente, apesar de ter que subir e descer, mas é melhor do que a gente pegar um trânsito. Enriquecemos da parte cultural. E justo o que não esperava... enriquecemos da construção do bairro, do centro da cidade, principalmente do bairro onde a gente mora.

Os benefícios da vida no centro são comparados não só pelo que há na área central e suas redondezas, mas também pelas ausências nos espaços mais distantes. Percebe-se a distribuição desigual das atividades culturais, que também constroem, neste caso, o direito ao centro como um mediador do direito à cidade, ou seja, ao transporte, à saúde, à educação e às atividades culturais. Perguntados se não têm receio de que fique insustentável, pela pressão para a vinda de um perfil de habitante com maior poder aquisitivo, continuar morando no Morro da Conceição, respondem

que se haverá a presença de mais turistas e de mais habitantes, com um consumo local encarecido, eles podem tirar proveito dessa configuração vendendo seus produtos para mais gente e por um preço mais alto, já que, segundo o casal, terá quem compre. Apresenta-se, assim, uma estratégia de permanência que se alimenta dos próprios motivos pelos quais existe a pressão imobiliária.

Provenientes de fora da cidade do Rio de Janeiro, tal casal de vendedores ambulantes encarna tanto a face da resistência frente a elevação do preço dos aluguéis quanto o próprio agente externo que segue rumo a Região Portuária para, de certa forma, usufruir das possibilidades presentes na implantação do Porto Maravilha. Com esse caso é possível pensar o processo de materialização do projeto à luz das contradições que surgem nas circunstâncias. Mobiliza-se o enobrecimento para tentar sobreviver a ele. Contudo, essas perspectivas do casal ainda esbarram em outra questão: se o comércio ambulante será conciliável com a forma de intervenção urbana buscada, mantendo-se paralelamente aos serviços, que já começam a surgir, considerados mais condizentes com o novo perfil de habitante que se tenta atrair.

É interessante pensar essas dinâmicas de estratégia à luz de noções de projeto e de campo de possibilidades, que “podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 1994, p. 40). Os projetos individuais inter-relacionam-se dentro de um campo de possibilidades a partir de proposições e paradigmas a eles intrínsecos. Esse movimento circunstanciado estabelece a complexidade das relações entre os projetos e a viabilidade de uma mesma pessoa compartilhar de projetos que são contraditórios (VELHO, 1994, p. 46). Outros conceitos interessantes para pensar

essas articulações são os de tática e estratégia (DE CERTEAU, 1980): enquanto a estratégia é entendida como um cálculo empreendido por um sujeito que detém algum tipo de poder e o impõe, as táticas, em oposição, são ações relacionadas ao desvio e à imprevisibilidade, “como bricolagens que possibilitam sutis vitórias dos fracos sobre os mais fortes, pequenos sucessos ou golpes” (PEREIRA, SARTI, 2010: p. 199). Observa-se, assim, na situação analisada, a intersecção entre os projetos individuais e as táticas de resistência dos vendedores ambulantes em um campo de possibilidades marcado pela instabilidade.

Um dos temas frequentes nas conversas com os vendedores ambulantes era a recorrência cada vez maior de estrangeiros nas rodas de samba. Durante a pesquisa foi possível observar que referências turísticas da cidade estão sendo negociadas na direção da Região Portuária, que se cerca não apenas de valores históricos, reavivados ocasionalmente pelas obras atuais, como usufrui de imagens de um Rio de Janeiro futurista e internacional. Interessante notar que enquanto os guias de turismo da cidade do Rio de Janeiro, dos quais foram analisados mais de uma dezena, valorizam sobretudo os aspectos percebidos como naturais e exóticos, as obras do Porto Maravilha possuem maior ênfase em projetos internacionais e monumentais que poderiam ser propostos e implantados em qualquer outra grande cidade.

Ainda que a busca de singularidade das cidades seja perpassada por invenções de tradições, por vezes resulta no cenário global, em lugares de diversas cidades que são comparativamente indistinguíveis. A mesma situação é visualizada por Frúgoli no contexto paulistano: “(...) são prédios que poderiam estar em qualquer outra grande metrópole, dadas, em outras palavras, suas características arquitetônicas mais globais” (2006, p. 189). Fica a

pergunta de qual modelo de área central interessa ao poder público e até mesmo à iniciativa privada e aos escritórios de arquitetura. No caso da Região Portuária, as intervenções baseiam-se em uma revitalização discursivamente situada no sentido estrito do termo, como um local sem vida que se transformará em algo novo, desconsiderando, simbolicamente e nas práticas, a realidade já existente. O próprio slogan do Projeto Porto Maravilha, “Uma nova cidade está nascendo”, deixa esse aspecto evidente.

Preços do enobrecimento

Crescentemente utilizado em estudos de intervenção urbana em áreas centrais que tiveram sua composição social alterada, o conceito de *gentrification* (que deu origem ao neologismo gentrificação), cunhado nos anos 1960 por Ruth Glass no contexto londrino (FRÚGOLI JR., SKLAIR, 2009, p. 119-136), foi inicialmente concebido para reflexões sobre casos recentes em cidades europeias e estadunidenses¹⁰. O conceito de *gentrification*, assim como o de preservação histórica e outras estratégias culturais foram centrais nos estudos de desenvolvimento urbano durante os anos 1960 e no início dos anos 1970 (ZUKIN, 1995).

Apesar do advento anglo-saxônico, o termo *gentrification* foi adotado – e problematizado – em estudos sobre grandes e médias cidades latino-americanas e brasileiras; destas destacam-se no campo antropológico São Paulo (FRÚGOLI JR., 2006; FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009), Recife (LEITE, 2006, 2007), Salvador (LEITE, 2007; PINHO, 1996), Fortaleza (BOTELHO, 2006, LEITE, 2007), São Luís (CORRÊA, 2012) e Campinas (RUBINO, 2006). Os processos de enobrecimento em áreas centrais de cidades latino-americanas possuem como principal elemento diferenciador o papel do poder público como condutor

dos processos de revitalização. Como especificidade do Brasil, essa atuação se repete especialmente no financiamento privado das intervenções urbanísticas (BOTELHO, 2005, p. 53-71). Partindo de outros autores que versaram sobre a *gentrification*, Frúgoli Jr., que considera em seus trabalhos as possibilidades e os limites do termo, classifica a *gentrification* como um fenômeno urbano: em que geralmente áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à criação de novos enclaves residenciais e à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores (2006, p. 22).

O conceito da *gentrification* costuma, fora do ambiente acadêmico e dos movimentos sociais, ser escamoteado pelo uso recorrente de eufemismos para acobertar seu viés enobrecedor, tais como “revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora” (ARANTES, 2000, p. 31). Corrêa relaciona os processos de *gentrification* ao turismo para abordar a ideia de que a constituição de um novo polo turístico teria por justificativa um conseqüente desenvolvimento econômico, em suma, um “turismo cultural redentor” (2012, p. 80). O Porto Maravilha se aproxima das localidades consideradas alvo de *gentrification* através dos argumentos focados na beleza, no patrimônio cultural e no turismo, conformando-se uma ideia de cidade que precisa ser admirada e vendida simbolicamente.

Outro termo que pode ser considerado para caracterizar a implantação do projeto é enobrecimento, utilizado por Rubino (2009, p. 25-40) para pensar a aptidão de apoderar-se de um espaço através de seus bens. Aumentam-se o renome e os

gastos para estar nesse espaço. Para Rubino, “o espaço físico permite que o espaço social produza ali todos os seus efeitos, possibilitando a acumulação de capital social” (RUBINO, 2009, p. 30). O enobrecimento, desta forma, está relacionado aos ornamentos promovidos de modo estratégico na infraestrutura urbana e à distinção social que eles mediam, em um processo que “remete para os novos nobres que ocupam espaços urbanos, deixando ali seu nome e suas marcas” (RUBINO, 2009, p. 37-38).

As ideias que vinculam embelezamento e estratégia não são recentes. O termo “embelezamento estratégico” é usado desde o século XIX, inicialmente na França. Ao analisar as críticas às reformas implantadas em Paris nos meados do século XIX, Benjamin considera que o ideal urbanístico aplicado na cidade francesa se enunciava nas visões em perspectiva por entre os longos traçados de ruas. Para tal arquétipo “corresponde a tendência continuamente manifesta no século XIX de enobrecer necessidades técnicas por meio de objetivos artísticos” (BENJAMIN, 1935, p. 49).

O embelezamento estratégico consiste, assim, no uso de propósitos relacionados ao belo para enobrecer as exigências técnicas da infraestrutura urbana, mascarando com a beleza potenciais intenções políticas. No caso do projeto Porto Maravilha, pode-se observar a concretização das dinâmicas de embelezamento na exuberância dos novos equipamentos urbanos, como o Museu de Arte do Rio (MAR), nos processos de patrimonialização de bens da região, como o Cais do Valongo, e na privatização de serviços, como os de coleta de lixo e de regulação do trânsito. São elementos que trazem valor aos imóveis da Região Portuária e repercutem, no campo das intenções políticas, em um propósito, já mencionado, de atração de um novo perfil de residentes e trabalhadores para aquele espaço, com uma média de renda mais elevada.

A ênfase das políticas de urbanismo na Região Portuária e a ideia do desabrochar de novidades após o fim das obras passou a gerar especulação imobiliária desde o início dos anos 2010. Em 2012, um dos empreendimentos, o Porto Atlântico Business Square, executado pela Odebrecht e pela Performance, com o slogan “A rota para fazer os melhores investimentos já tem um destino certo”, divulgava uma apresentação com diversas cópias do arquivo de divulgação do Porto Maravilha para a imprensa. No mesmo ano, no mês de setembro, o Jornal O Globo lançou uma edição especial do caderno de anúncios de imóveis, chamado “Rio: imóveis e oportunidades”¹¹. A matéria de capa, intitulada “Uma cidade em transformação”, conta com uma grande foto atual do cais do porto. A reportagem dentro do caderno, específica sobre a Região Portuária, “Os bons ventos do Porto”¹², retrata esse espaço pelo já comentado léxico da decadência: “uma região esquecida, vazia de pessoas e de áreas verdes”. Região que atualmente é considerada, segundo a reportagem, como a detentora “do espaço e da vista privilegiada”. Ainda em 2012, a Região Portuária é capa do caderno de empregos, o “Boa chance”, com a reportagem “Maravilha de cenário”¹³, que tem como chamariz as 50 mil vagas de emprego que devem ser abertas em razão do projeto Porto Maravilha e dos empreendimentos que ele suscitaria.

Em 2013, no mês de março, é lançado outra edição especial do caderno de imóveis do jornal *O Globo*, designada “Rio: imóveis 2013. Perspectivas”. A Região Portuária aparece no editorial, em foto de perspectiva futura do cais do porto. Intitulado “Para onde segue o Rio?”¹⁴, o editorial afirma que a Região Portuária faz parte da “nova fronteira do desenvolvimento da cidade”. A ideia de originalidade busca atizar a curiosidade dos leitores e possibilita ressignificar a Região Portuária de forma aparentemente menos

controversa, reinventando-a discursivamente. Nessa época, a valorização dos imóveis na Região Portuária já surtia efeito nos anúncios imobiliários, os quais ostentavam o nome “Porto Maravilha” como um complemento poderoso às informações sobre os imóveis para venda e locação na área. Desde 2010, época da elaboração do projeto de pesquisa, acompanhava o caderno do jornal O Globo voltado aos anúncios imobiliários, procurando por atrativos utilizados na descrição dos imóveis localizados na Região Portuária. Quase todos dos anúncios de imóveis da Região Portuária adicionavam o “Porto Maravilha” em suas descrições.

Há a predominância da imobiliária Sérgio Castro dentre os anúncios desse tipo. No início de 2013 visitei a filial da imobiliária na Gamboa para saber da procura e da demanda por imóveis na Região Portuária. O representante da Sérgio Castro na Gamboa contou que é uma escolha dos proprietários a inclusão do nome “Porto Maravilha” nos anúncios. Outro dado relevante dito pelo funcionário é que desde 2012 os donos dos imóveis estavam, em geral, retendo-os para a venda à espera de um aumento de preço, o qual vem se elevando desde as primeiras divulgações sobre as intervenções urbanísticas. Segundo o representante: “Quem vende tem comprador. Não fica imóvel parado”. A vice-presidente do Sindicato de Habitação da cidade do Rio de Janeiro (Secovi Rio) já mencionava, nessa mesma época, que havia dificuldades na procura de imóveis na Região Portuária: “É um bom investimento comprar um apartamento perto do porto. Já está até difícil de achar, afinal é um dos focos de valorização do Rio¹⁵”.

Interessa considerar esses possíveis usos do projeto e como a Região Portuária vai adquirindo outras nomeações, que, em consequência, trazem novos significados ao seu espaço. De acordo com Bourdieu, o poder das palavras na nomeação

“resulta do efeito que tem a objetivação e a oficialização de fato que a nomeação pública realiza à vista de todos, de subtrair ao impensado e até mesmo ao impensável a particularidade que está na origem do particularismo” (1989, p. 117). O vocabulário empregado nas qualificações da Região Portuária, substituindo-a por Porto Maravilha, revela algumas dimensões simbólicas de positivação que o projeto abarca. Utilizando-se do apelo ao esplêndido presente na alcunha de Cidade Maravilhosa, o projeto publicita o imaginário de uma Região Portuária que busca ser vista e desejada, servindo como mais um cartão postal da cidade.

Algumas notas conclusivas

O que é um bom investimento para uns torna-se uma causa para a potencial saída de parcela dos atuais residentes, especialmente os locatários, como foi possível observar a partir dos relatos dos vendedores ambulantes da Pedra do Sal. O aumento dos preços decorrente das intervenções urbanas provoca estratégias diversas para a permanência. Tais mecanismos de sobrevivência pessoal envolvem até mesmo buscar aproveitar os resultados do Porto Maravilha na geração da renda suficiente para arcar com as despesas provenientes do status mais enobrecido do lugar. Estão em jogo não apenas visões de mundo e concepções de cidade, mas também modos como o projeto agencia relações e suscita outras formas de negociar com os custos dos novos significados para a vida no centro.

O Porto Maravilha sobressai-se na cidade como um dos principais marcadores das dinâmicas envolvendo as intervenções em curso. A partir de um ordenamento do passado foi possível acompanhar o processo de formação de um urbanismo carioca que no final dos anos 2000 vai propor o projeto Porto Maravilha como prioridade. Observou-se um enquadramento da Região

Portuária como uma área abandonada e o reforço desse estigma por meio das diretrizes do Porto Maravilha, que constroem a ideia de uma ausência de vida relevante às intervenções. O recorte histórico possibilita revelar modos como o passado é utilizado para atualizar acontecimentos contemporâneos, bem como serve para pensar o alcance da originalidade do projeto e suas justificativas para que haja interesse nas intervenções.

A importância do recuo histórico também se justifica por permitir considerar que a Região Portuária nunca foi uma área vista e praticada como enobrecida. O porto consolidou-se ao longo de séculos como um lugar considerado degradado, escolhido como moradia por uma parcela pobre da população em razão do baixo custo dos imóveis. O Porto Maravilha busca conceder, portanto, um sentido deleitável para a Região Portuária por meio das estratégias de apropriação e divulgação dos bens e lugares, com uso de propaganda extensiva.

Foi possível observar habilidades pragmáticas utilizadas por alguns agentes para se locomover situacionalmente no terreno conflitivo das obras e das expectativas sobre os resultados do projeto. O caso dos vendedores ambulantes na Pedra do Sal revela um jogo político complexo, multifacetado e, de certa forma, fragmentado. Há uma complexidade de relações entre projeto urbano e projetos pessoais, provocando estratégias de sobrevivência que permitem a viabilidade de uma mesma pessoa compartilhar de projetos que seriam considerados contraditórios.

Por fim, cabe a importância das nomeações e a compreensão de que palavras iguais não possuem o mesmo uso, contendo controvérsias e ressignificações. A Região Portuária vai adquirindo outras nomeações, que, em consequência, trazem

novos significados ao seu espaço. O confronto de múltiplas designações não apenas revela tensões como, igualmente, mobiliza noções de cidade, argumentos, temporalidades e percursos.

Este texto buscou, portanto, apresentar modos de articulação com o projeto Porto Maravilha, sem esperar esgotá-lo. Confrontamos determinados discursos, representações e circuitos pela Região Portuária. A pluralidade de visões aponta o risco para a sensação de vertigem na cidade. Em meio a tantos estímulos e reconfigurações, torna-se um desafio tanto tentar traçar um panorama, que traz o perigo de perder os focos locais, quanto buscar nas pequenas situações uma visão razoável do todo. As críticas aqui apresentadas ao projeto relacionam-se, outrossim, com certo ideal de cidade que é a medida do confronto, neste artigo, com as questões da cidade real. Repercute-se um diálogo entre as cidades imaginárias – do projeto Porto Maravilha, dos moradores e vendedores ambulantes, da prefeitura, da imprensa, do mercado imobiliário e da própria pesquisa – e a cidade que é vivida.

Notas:

1 Pesquisa desenvolvida no PPGAS/USP sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr e com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Registro meus agradecimentos à fundação, ao professor Heitor e às professoras Ana Lanna e Silvana Rubino, que forneceram valiosas considerações durante as bancas de qualificação e de defesa. Se destaca que este artigo está delimitado por tal marco temporal. Para leituras mais temporalmente atualizadas sobre o tema sugere-se o capítulo de livro publicado pela autora em 2019, que abarca outros temas tratados na dissertação (MARTINS, 2019); bem como – e especialmente – as pesquisas desenvolvidas pelo

Grupo de Pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano, Laboratório Globalização e Metr pole (GPDU) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pela Profa. Dra. Fernanda Sánchez.

2 Como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), as obras para abrigar grandes eventos esportivos e a constru o dos corredores viários expressos Transoeste, Transol mpica e Transcarioca. Essas e outras mudanças estão presentes no documento elaborado pela Prefeitura “Pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo. 2013-2016: Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro” (2012).

3 Ressalta-se que aqui o Centro espacialmente simbólico não equivale ao centro espacialmente físico. Como se pode observar nos mapas, o Centro está fisicamente ao leste da forma o atual da cidade. Destaca-se também o uso de “centro” quando faço referência   uma área central genérica e de “Centro” quando menciono o bairro Centro da cidade do Rio de Janeiro.

4 Período já de expectativas quanto a dois eventos esportivos internacionais na cidade: uma das sedes da Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014 e sede dos Jogos Olímpicos de 2016, com a previsão de instala es dos Jogos no perímetro abrangido pelo Porto Maravilha. Há vínculos entre as justificativas para o projeto e as obras necessárias para a realiza o dos Jogos Olímpicos, o que percebo não de forma determinante, mas condicionante, ou seja, como um dentre os possíveis fatores. Ressalta-se ainda, como já mencionado, que a Região Portuária já passava por transforma es desde o início dos anos 2000 com o PORTO DO RIO e que o Porto Maravilha não é o único grande projeto em desenvolvimento nesta década na cidade do Rio de Janeiro.

5 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) disponível em: <http://portomaravilha.com.br/web/esq/estudosImpactoVizinhanca.aspx>. Acesso em 12.03.2012. O EIV foi’ alvo de críticas pela

gestora ambiental Simone de Oliveira Goulart, em “Análise preliminar do capítulo Aspectos Legais do Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV”, e pela socióloga e urbanista Maria da Silveira Lobo, em “O EIV do Professor Pancrácio”. Respectivamente nos endereços: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3886>, <http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3842>. Acessos em 10.06.2012.

6 Endereço eletrônico: portomaravilha.com.br. Acesso em 10.06.2012.

7 “Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos”. 09.07.2012. O Globo, Globo. Acesso em 26.07.2013.

8 “Estudo revela que a cidade não encolherá”. 24.03.2013. O Globo. Globo . Rio. 18.

9 Sobre os processos de urbanização contemporâneos no bairro da Lapa, ver Fazzioni (2012).

10 Genealogias do conceito elaboradas a partir de estudos de caso nacionais estão presentes, sem pretender esgotar aqui a literatura, em Botelho (2006, p. 48-50; 2005, p. 55, 56), Frúgoli Jr. e Sklair (2009, p. 120, 121), Frúgoli Jr. (2006, p. 22-25), Leite (2006, p. 24-27), Rubino (2006, p. 72, 73, 94, 95), Leite (2007, p. 19-23, 28, 61-72) e Gaspar (2010).

11 “Uma cidade em transformação”. 30.09.2012. O Globo. Globo. Rio: imóveis e oportunidades. 1.

12 “Os bons ventos do Porto”. 30.09.2012. O Globo. Globo. Rio: imóveis e oportunidades. 7.

13 “Maravilha de cenário”. 14.10.2012. O Globo. Globo. Boa chance. 1. Outra reportagem no mesmo caderno: “Polo com

vocação diversificada”. 14.10.2012. O Globo. Globo. Boa chance. 3.

14 “Para onde segue o Rio?”. 24.03.2013. O Globo, Globo. Rio: imóveis 2013. Perspectivas. 3.

15 “Revitalização da zona portuária do Rio já valoriza imóveis da região”. 25.06.2011. R7, Record. Acesso: 26/07/2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMO, Pedro. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro. In: INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). **Coleção Estudos Cariocas**. Rio de Janeiro, 2003.

ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, [1987] 2010.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: _____; VAINER, Carlos; MARICATO; Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, [2000] 2002. p. 11-74.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX [1935]. In: KOTHE, Flávio. R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

BOTELHO, Tarcísio. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e

São Luís. **Eure**, vol. 31, n. 93. Santiago do Chile, 2005. p. 53-71.
_____. "A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade". In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC- Minas/Edusp, 2006. p. 45-67.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1989] 2007.

CAVEDON, Neusa Rolita; MENDES, Luciano. "A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades". **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 4, n. 1, 2012. p. 123-140.
CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. [1980] 1998. Petrópolis: Vozes. 351 p.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 2012.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Novos dédalos da modernidade tardia: investimentos na sociotécnica da cultura, do patrimônio e dos museus. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 75-109.

ENDERS, Armelle. **A História do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de

Janeiro: Gryphus, [2000] 2008.

FAZZIONI, Natália Helou. **A vista da rua**: Etnografia da construção dos espaços e temporalidades na Lapa (RJ). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, São Paulo, 2012.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006. _____; SKLAIR, Jessica. “O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropologia Social**, n. 30. Buenos Aires, 2009. p. 119-136.

GASPAR, Samantha dos Santos. Gentrification: processo global, especificidades locais?. **Ponto Urbe**, n. 6. São Paulo, 2010.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). Aproveitamento imobiliário da região do Porto do Rio. In: _____. **Coleção Estudos Cariocas**. Rio de Janeiro, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, [1968] 2001.

LEITE, Rogerio Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC-Minas/Edusp, 2006. p. 23-44.

_____. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp / Aracaju: Ed. UFS, 2007.

MACROFUNÇÃO HABITAR O CENTRO. A retomada do Centro da cidade. In: INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). **Coleção Estudos Cariocas**. Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Mayã. **Entre portos imaginados:** construções urbanísticas pensadas a partir do projeto Porto Maravilha, cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, São Paulo, 2013.

_____. Entre memórias e futurismos: enquadramentos sobre o projeto Porto Maravilha, cidade do Rio de Janeiro. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 16, 2015, 20 p.

_____. Memórias e futurismos no projeto Porto Maravilha, Rio de Janeiro. In: ALDERADO, Guilherme; FRÚGOLI JR, Heitor; SPAGGIARI, Enrico (orgs.). **Práticas, conflitos, espaços:** pesquisas em antropologia da cidade. São Paulo: Editora Gramma, 2019. p. 143-166.

OLIVEIRA, Carmen Irene C. et al. Pedra do Sal e samba na fonte: samba de raiz em um espaço fundador na perspectiva das paisagens culturais. In: TAMASO, Izabela; LIMA

FILHO, Manuel Ferreira. **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 265-297.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de. Revitalização dos centros urbanos: intervenção público-privada na distribuição sócio-espacial da população e movimentos sociais de contestação. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu (MG), 2008.

_____. **Revitalização dos centros urbanos: a luta pelo direito à cidade**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

PARK, Robert. A cidade. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano [1915]. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1967. p. 29-72.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SARTI, Flavia Medeiros. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas epistolares. **História da Educação**. Pelotas, v. 14, n. 31, 2010. p. 195-217.

PINHO, Osmundo. **Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, 1996.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro 1870 - 1920. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

RUBINO, Silvana. Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas. In: FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC- Minas/Edusp, 2006. p. 68-97.

_____. Enobrecimento urbano. In: Fortuna, Carlos, Leite, Rogerio Proença. (orgs.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. p. 25-40.

SAMPAIO, Julio. A persistência da subutilização dos centros das metrópoles brasileiras: o estudo de caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. **Fórum Patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, 2007. p. 104-134.

SIGAUD, Marcos Frota. Caracterização dos domicílios na cidade do Rio de Janeiro. In: INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP). **Coleção Estudos Cariocas**. Rio de Janeiro, 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura”. In: _____. (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982. p. 21 - 78.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de Antropologia Social. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1973] 2002.

_____. **Projeto e Metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1994] 2003.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Oxford: Blackwell Publishers, [1995] 2006.